



Grupo Parlamentar

**Intervenção do Senhor Deputado Cláudio Lopes
aquando a discussão do Plano e Orçamento para 2005**

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhora e Senhores Membros do Governo

É aqui, nesta Assembleia, que o povo que nos elegeu e nós Deputados representamos, espera ter a sua legítima voz para poder decidir sobre o que puder, exigir o que considera merecer e lembrar a quem tem as rédeas do Poder, que esse Poder só será legítimo e efectivo se estiver ao serviço das populações, na medida da satisfação das suas reais necessidades.

Estamos, nesta sessão extraordinária do plenário, a analisar e a discutir o plano de investimentos do Governo Regional, para o corrente ano de 2005. Este é sempre um momento em que todas as Ilhas aguardam com natural ansiedade o que o Governo lhes reserva, em cada ano, em matéria de investimento público.

Este é, naturalmente, também um momento em que todos nós podemos aferir no concreto o cumprimento ou não das promessas feitas e dos compromissos assumidos.

Natural parece também que alguns Deputados ao subirem a esta tribuna venham tecer elogios, mais ou menos rasgados, ao Plano do Governo, mas não menos natural é que outros Deputados, entre os quais me incluo, por razões óbvias, não afinem em tal coro e optem por um tom mais crítico a esse mesmo documento estratégico do investimento público.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhora e Senhores Membros do Governo

Devo no entanto, apesar disso, continuar a ser coerente com a minha conduta política. Não é pelo facto de não ter sido este o Governo nem o projecto de governação que defendi e escolhi nas últimas eleições regionais, que deixarei de apreciar e reconhecer as boas medidas deste ou de qualquer Governo, quando elas forem uma realidade. Mas certamente



Grupo Parlamentar

que de mim deverão esperar, em particular os Picoenses, que denuncie aqui, o que não é uma opção clara deste Governo e que as gentes da minha ilha desejaríamos que fosse.

Numa perspectiva global devemos reconhecer que o plano do Governo para 2005, em relação à ilha do Pico, é interessante.

Mais interessante na sua descritiva do que na afectação de verbas a determinadas acções e projectos.

Cerca de 7% do orçamento regional destinado ao investimento será aplicado no Pico (39 milhões de euros). Contudo, a grande fatia deste orçamento destina-se a prosseguir com as quatro grandes obras que estão em curso na ilha, algumas vindas de anos anteriores, outras iniciadas ou adjudicadas em vésperas das últimas eleições regionais e que são: **as obras de ampliação do aeroporto do Pico, a recuperação do porto comercial, a construção do Matadouro e a protecção da orla costeira da Vila das Lajes**. Algumas destas obras terão, certamente, continuidade nos próximos anos, já que não se prevê possam ser totalmente executadas no corrente ano.

Óbvio que aqui o nosso comentário só pode ser positivo, estas são obras estruturantes ao desenvolvimento da nossa ilha e à melhoria da qualidade de vida dos picoenses. Comentário que aliás poderia muito bem tornar-se extensivo à grande melhoria de que foram alvo as nossas estradas, na ilha e nos últimos anos.

Lamentamos, contudo, e quanto a isso não nos conformamos, pelo facto de não fazerem parte dos objectivos do Governo para o corrente ano: **a construção da nova Escola Secundária das Lajes do Pico, a correcção e a repavimentação da estrada transversal, o ordenamento da área portuária do Porto de São Roque, nomeadamente a definição das zonas comercial, de pesca e de passageiros, e a construção dos polivalentes de serviços na Piedade e em Santo Amaro, para destacar as mais importantes**. Julgamos que estas obras deveriam ser uma prioridade. Assim não entende o Governo.

Continua também a entender o Governo, não proceder às obras de ampliação dos quartéis de bombeiros de São Roque e Lajes, justamente reclamadas pelas respectivas Associações.



Grupo Parlamentar

Quanto às obras de **consolidação do Porto da Madalena** e reordenamento de **toda a área portuária**, a dotação financeira afecta é tão baixa que não se acredita que sejam para realizar no corrente ano.

Idêntico comentário deve merecer a construção do novo **Centro de Saúde da Madalena**. Aliás, em matéria de saúde, os picoenses continuam a aguardar as virtudes propaladas no âmbito da implementação da Unidade de Saúde de ilha: **melhor gestão, mais saúde**. Quanto a mais saúde é bom perguntar aos picoenses; e quanto a melhor gestão ainda está por comprovar.

No domínio da **Agricultura** não se percebe bem, através da leitura dos documentos disponíveis, quais são as prioridades, nomeadamente em matéria de caminhos agrícolas, quer na abertura de novos troços, quer na manutenção e asfaltagem dos existentes, aspectos de extrema importância para a nossa lavoura picoense.

Uma intervenção séria e responsável é também o que se espera venha a acontecer no domínio da Agricultura em relação a uma das mais problemáticas pragas – **os ratos** – que está a causar graves prejuízos económicos na actividade agrícola e mais grave se revela por estar a ameaçar a saúde pública.

E neste capítulo, não basta atirar com veneno aos ratos, ou pior do que isso entregar veneno às pessoas pensando que o problema fica assim resolvido e que se cumpriu uma missão.

São necessárias campanhas de desratização sérias, programadas, elaboradas e acompanhadas com o necessário rigor técnico, envolvendo as entidades públicas com responsabilidade na matéria e as populações.

Quanto a intervenções em **portos de pesca artesanal**, apesar da verba inscrita (1,4 milhões de euros), não se percebe onde vai ser aplicada. Oxalá não seja desviada para outros fins, pois há portos que bem necessitados estão de uma intervenção, como exemplos: os **portos das Ribeiras, de São Mateus e de São Caetano**.

Em matéria de **Ambiente**, é necessária uma nova atitude por parte da tutela.

Em alguns casos é necessário ir muito mais longe do que até agora não se foi capaz. É muito pouco classificar áreas e/ou proteger espécies.



Grupo Parlamentar

Esta tutela não deve ter como uma das suas principais preocupações perseguir quem corta um pé de urze, ou abate um torcaz. Deve ter um papel mais pedagógico junto das populações, deixar-se em alguns casos de certos fundamentalismos e intervir preventivamente em alguns domínios sob pena de se chegar tarde e de querendo atacar a origem dos problemas isso revelar-se insuficiente para impedir a sua rápida evolução.

No Ambiente é prioritário que o papel dos políticos ganhe cada vez mais importância nas funções de acompanhamento e controle das actividades humanas como: na produção, na industrialização, na exploração de recursos naturais, na utilização de novas tecnologias, até no consumo excessivo de factores de produção, nas práticas que ameaçam a sobrevivência das espécies, que provocam a erosão dos solos ou que alteram a drenagem natural dos terrenos.

E neste caso específico, da alteração da drenagem natural dos terrenos, permitam-me uma palavra especial para a tutela, sobre a crescente preocupação do que se passa na gestão das **ribeiras**. Neste domínio é imperioso que se proceda, com urgência, a uma profunda limpeza a montante e também a jusante das zonas habitacionais. Tal como é urgente que se proceda a uma série de intervenções de consolidação das margens destas o que, em alguns casos, está ameaçando a segurança de muitos bens e equipamentos privados, mas também públicos.

É que não basta fazerem-se protocolos com as Juntas de Freguesia, para a manutenção das ribeiras, transferindo-lhes, à luz desses protocolos, uns míseros tostões para que elas resolvam problemas que custam milhões.

Mas o pior aspecto deste plano e da política do actual Governo e que eu como picoense não aceito de bom grado é o facto do Governo ter deixado o Pico de fora do esquema de incentivos especiais (**fundo de coesão**), e que destinou para as ilhas de Santa Maria, São Jorge, Graciosa, Flôres e Corvo. O Pico fica penalizado com esta medida, particularmente os nossos pequenos e médios empresários e todos aqueles que já tem manifestado interesse em investir nesta ilha. O Governo, nesta matéria, age como **quem dá com uma mão e tira com a outra**. Investe tanto no aeroporto do Pico para depois travar o seu desenvolvimento, tratando o Pico, quanto à sua capacidade mobilizadora de investimento privado, como se fosse São Miguel.



Grupo Parlamentar

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhora e Senhores membros do Governo

O tempo que me reservam para esta intervenção não me permite ir mais longe no desenvolvimento de algumas matérias e na abordagem de outras, como desejaria, no entanto creio que ao longo desta legislatura teremos várias oportunidades de trazer aqui à reflexão, situações que carecem de atento acompanhamento e oportuna intervenção. Porque elas são do maior interesse das populações que aqui todos nós representamos e que temos rigorosa obrigação de defender.

Digo todos nós os da posição mas também os da oposição, porque a oposição também foi democraticamente eleita e representa a vontade de dezenas de milhares de açorianos, neste parlamento, e lá fora no nosso dia a dia.

Que cada um saiba interpretar, da melhor maneira, os seus papéis. Nós deputados da oposição não abdicaremos do nosso, mesmo que por vezes ele seja desconfortável para quem nos Governa, na Região ou na República. A defesa dos interesses dos açorianos deve estar para todos nós muito acima dos interesses político-partidários e dos conformismos e inércias que não são compreensíveis por parte de alguns.

É que ganhar eleições com maiorias absolutas não deve significar exercer o poder como se ele fosse absoluto. E perder eleições não deve significar ficar condenado ao silêncio e à inactividade.

Quanto ao Pico podem contar com a nossa atenta e permanente participação.

Sobre isso, e deixando como nota final, seria de bom tom que o Governo incluísse nos seus planos anuais aquelas que são as reclamações patenteadas sistematicamente nos **memorandos do Conselho de Ilha**, órgão representativo dos legítimos interesses dos picoenses. É que algumas delas vem já desde há oito anos sem qualquer manifestação de interesse por parte do Governo Regional.

Costumo afirmar: *“a César o que é de César, mas aos picoenses aquilo que eles merecem”*.

Disse.